

Vianna denuncia lobby contra os brasileiros

1 JUL 1987

que pag 5

O Deputado Renato Vianna (PMDB-SC) denunciou ontem no plenário da Assembleia Nacional Constituinte o que considera uma grande conspiração contra os interesses nacionais, através de "bem-sucedida atividade lobista que conseguiu ver aprovados, até agora, princípios constitucionais que consistem em impedir que recursos minerais sejam explorados em uma porção do Território nacional, qual seja, a composta de terras indígenas", através do artigo 434.

O parlamentar catarinense, lembrou que "é inadmissível que uma nação possa se curvar docilmente, à argumentação de que é bom para o seu povo, bom para sua economia e para seu futuro, a retirada de parte do seu território do alcance de atividade econômica, como é a da mineração".

Explicou Renato Vianna que o fato de se tratar de área indígena não legitima a tese, vitoriosa até o momento (passou pelas subcomissões e comissão temática) nem retira dos que pregam nos gabinetes e ante platéias restritas, o estigma do entreguismo e do crime contra a Pátria".

A QUEM SERVE?

Depois de frisar o caráter entreguista dos que querem manter reservas de minerais em terras indígenas, Renato Vianna perguntou se ao Brasil não interessa ver parte do seu território sem expressão econômica, como é óbvio, a quem isso pode interessar? Certamente aos interesses alienígenas", concluiu.

"E isto — disse — como é de fácil constatação, porque a cada minério que não se pode explorar no Brasil,



Renato Vianna

ou que se deixe de explorar na quantidade compatível com a sua capacidade de produção, corresponde a determinar a dependência brasileira em relação ao subsolo alheio, quer de modo direto, quer de modo indireto; corresponde a frear o desenvolvimento nacional em benefício do desenvolvimento dos outros países produtores; corresponde a manietar a expansão de empregos no Brasil em benefício do alargamento de empregos em outros países".

Depois de frisar que muita gente de boa-fé tem embarcado nessas teses que, apenas na aparência visam preservar o patrimônio e a cultura dos indígenas, o deputado destacou que "os que lançam tal argumento chegam ao ponto de defenderem a soberania restrita do Brasil sobre as terras habitadas pelos índios, o que equivale dizer que o Brasil pode exercer tal soberania até que não contrarie princípios maiores de direito internacional, o que, na verdade, significa dizer, de interesse internacional".

Ressalva, entretanto,

que "é claro que não se pode pretender que a atividade de mineração em terras indígenas se desenvolva com as mesmas características com que é exercida no restante do território nacional, ressalvado naquele necessário, à proteção das fronteiras nacionais". Diz mais: "Os direitos dos índios têm que ser resguardados, preservados e defendidos. São sagrados e devem ser intocados, em comunhão com os interesses da comunidade brasileira como um todo, na qual, também, se incluem as populações indígenas".

Para Renato Vianna o que "não se deve permitir é que em nome dos índios o Brasil se curve a interesses exógenos (mas bem presentes na Constituinte) em prejuízo de toda a sociedade brasileira".

Finalizando o parlamentar catarinense frisou que "é preciso que fique presente e cravado na mente de cada brasileiro, índio ou não-índio, branco ou negro, cristão ou não-cristão, que se o Brasil reconhecer na Constituição, a soberania restrita sobre o território ocupado pelas populações indígenas, e com isso impedir que empresas nacionais de mineração adequadamente credenciadas, possam atuar economicamente naquele território, sempre tendo como ponto central a integridade dos direitos, da vontade e dos interesses indígenas, estaremos, todos, não servindo à causa indígena, mas à causa dos interesses estrangeiros, em nome dos quais e sob os mais diversos pretextos serão os nossos irmãos índios exterminados e rasgada a integridade nacional".

O diálogo na Constituinte

INOCENCIO OLIVEIRA

Passada a primeira fase dos trabalhos nas subcomissões e comissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte, em que os deputados e senadores, ou seja, os constituintes, votaram com as suas consciências, quase sempre, independentes do posicionamento partidário, defendendo mais as suas propostas e emendas, muitas sem serem



enquadradas como matéria constitucional, tendo, também, muitas delas, sido apresentadas para terem paternidades nas leis complementares e ordinárias, chegou o momento de um novo posicionamento.

Assim, tanto os anteprojetos das subcomissões como os projetos das comissões temáticas não representam o pensamento da maioria da sociedade brasileira. Sabemos que o projeto da Comissão da Ordem Econômica interessa apenas aos empregadores e o projeto da Ordem Social interessa apenas aos trabalhadores, não representando a vontade da Assembleia Nacional Constituinte e nem tampouco da sociedade do nosso País.

Chegamos a uma nova etapa da Constituinte: a compatibilização dos projetos na Comissão de Sistematização e a votação das matérias no plenário, que é soberano.

Precisamos encontrar os pontos de convergência, negociar os pontos de divergência, sem transigir totalmente as nossas posições políticas, colocando o interesse maior do Brasil acima dos nossos interesses pessoais e partidários. Essa tarefa de ter a acuidade de bem servir, do momento que vivemos, da responsabilidade que nos aflige, será prova de que poderemos mostrar para a sociedade brasileira que não somos um apelo, mas a solução para os seus problemas.

Portanto, precisamos elaborar uma Constituição que represente todos os segmentos da sociedade e não, apenas, parte dela.

Precisamos fazer uma Constituição não só para a nossa geração, mas, também, para as gerações futuras. Assim, necessitamos fazer uma Constituição moderna, sintética, duradoura, democrática e de grande cunho social.

Para tanto, necessitamos do diálogo e do entendimento de todos os partidos representados na Assembleia Nacional Constituinte, pois, caso contrário, não chegaremos a lugar nenhum e seremos julgados pela História de uma maneira não muito lisonjeira.

Com a responsabilidade do exercício da liderança do Partido da Frente Liberal, na Câmara dos Deputados e na Assembleia Nacional Constituinte, fazemos esta conclamação, na certeza de que vem ao encontro dos mais lidimos interesses da Nação e do povo brasileiro.

Deputado constituinte do PFL